

**CONTRIBUIÇÕES À COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A CONTABILIDADE
DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – SENADO FEDERAL**

ELI IOLA GURGEL ANDRADE

**Economista, Professora Associada da
Faculdade de Medicina da UFMG**

Brasília, 08 de maio de 2017

Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social em 31/05/2016

Senador Paulo Paim (PT-RS) e do Deputado Federal Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), em conjunto com diversas associações, sindicatos e entidades nacionais, estaduais e distritais, defendendo a manutenção dos direitos sociais e uma reforma estrutural da captação de recursos nos termos da legislação atual, com o propósito de garantir a segurança jurídica e atuarial do sistema de Seguridade Social Brasileiro.

(Des)Equilíbrio da Previdência Social Brasileira

1945 - 1997

(componentes econômico, demográfico e institucional)

TESE DE DOUTORADO

ELI IOLA GURGEL ANDRADE

CEDEPLAR /FACE/UFMG – ABRIL/1999

Colocação do Problema

Equilíbrio e Desequilíbrio na Previdência Social Brasileira

A insustentabilidade do modelo atual

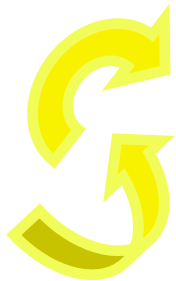
- Baixa relação entre contribuintes ativos e o número de inativos
- Crescimento explosivo dos encargos e benefícios

Relação beneficiários / contribuintes:

Década de 50 = 1 para 8

Década de 90 = 1 para 2

Até 2015 = 1 para 1



Objetivos

- ➔ **Exame da evolução histórica dos componentes estruturais da Previdência Brasileira**
- ➔ **Dimensionamento das variáveis estruturais de um sistema previdenciário**

Metodologia

- ☞ **Reconstituição das séries históricas de receitas e despesas previdenciárias**
 - ⇒ **Reconstituição da série histórica de contribuintes**
- ☞ **Correção e atualização dos valores monetários**
- ☞ **Aplicação da Equação Geral de Equilíbrio de Babeau modificada para o caso brasileiro**

Fontes de Dados

I B G E

- Anuário Estatístico do Brasil (1948 a 1996)
- Censos Demográficos (1950, 1960, 1970, 1980 e 1991)
- Contagem Populacional de 1996
- Censos Econômicos (1950, 1960, 1970, 1975, 1980 e 1985)
- Pesquisa Industrial Anual - Pia (1988 a 1990 e 1992 a 1995)

MPAS / INSS / DATAPREV

- Anuário Estatístico (1992 a 1997)
- Informes de Previdência Social (vários números)

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

- Revista Conjuntura Econômica (1948 a 1998)

BANCO CENTRAL

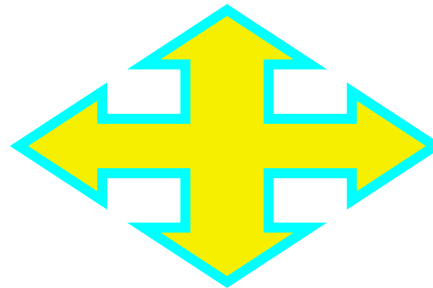
- Boletins Mensais (vários números)

Avaliação Retrospectiva

Sistema de Repartição Simples

A singularidade da experiência brasileira

**Característica
Constitutiva**



**Realidade
Contributiva**

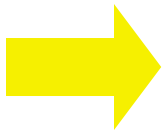
**Dinâmica
Demográfica**

Característica Constitutiva

- 1923 → Criação da Previdência Social - Lei Elói Chaves**
 - CAP's por empresa → Estado não participa
- 1931 → Novo padrão econômico-financeiro-institucional**
 - Esquema tripartite → Estado = quotas + taxas
- 1933 → Criação dos Institutos**
 - IAPM → Isenção do Estado
- 1936 → Centralização de quotas e taxas**
 - Regime de repartição + capitalização

Característica Constitutiva

- 1945 → Ofensiva para unificação das CAP's e IAP's**
 - Decreto Lei 7.526 (07/05) → ISSB
- 1960 → Unificação da legislação**
 - Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS)
- 1966 → Estatização da Previdência Brasileira**
 - Implantação do INPS
- 1977 → Modelo institucional mais amplo de seguridade**
 - Criação do SINPAS
- 1988 → Universalização formal**
 - Nova Constituição → Seguridade Social



Reconstituição das Séries Anuais de Receitas e Despesas 1945 - 1997

Período	Fontes dos Dados
1945 - 1966	Dados por Instituto obtidos no Anuário Estatístico do Brasil (AEB - IBGE)
1967 - 1977	Dados do INPS (regionalizados) obtidos no Anuário Estatístico do Brasil
1978 - 1979	Exclusivamente dados de despesas obtidos no Anuário Estatístico do Brasil
1980 - 1997	Dados do Fundo de Previdência e Assistência Social obtidos no Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS)

Critérios adotados para construção da Série de Referência Urbana

Receitas: foram consideradas aquelas de origem contributiva (segurados, empresas e tributações especiais)
foram excluídas receitas patrimoniais, parafiscais, industriais, transferências correntes etc.)

Despesas: foram considerados aposentadoria por tempo de serviço, por invalidez e pensões (por morte e vitalícia)
foram excluídos os dispêndios com o setor rural, aposentadoria por idade, renda mensal vitalícia', auxílios (doença, reclusão e acidentes), salários (família e maternidade) e abonos



Realidade Contributiva



**1923 a 1937 → Δ n.º contribuintes = 37 vezes
(22.991 para 844.801)**

**1937 a 1966 → Δ n.º contribuintes = 7,6 vezes
(844.801 para 6.387.775)**

**1966 a 1988 → Δ n.º contribuintes = 3,8 vezes
(6.387.775 para 24.278.412)**

**1988 a 1997 → Δ n.º contribuintes = 1,1 vezes
(24.278.412 para 26.511.363)**



Realidade Contributiva



Tabela 1
Evolução das proporções de Despesa/Receita e do Saldo Anual
da Previdência Social Brasileira
1923-1945

Ano	Despesa/Receita (%)	Saldo/Receita (%)	Ano	Despesa/Receita (%)	Saldo/Receita (%)
1923	12,5	87,5	1934	51,9	48,1
1924	28,8	71,2	1935	35,2	64,8
1925	41,2	58,8	1936	34,7	65,3
1926	48,5	51,5	1937	34,6	65,4
1927	50,8	49,2	1938	28,9	71,1
1928	40,1	59,9	1939	29,3	70,7
1929	49,3	50,7	1940	33,5	66,5
1930	64,7	35,3	1941	36,5	63,5
1931	65,7	34,3	1942	39,5	60,5
1932	54,5	45,5	1943	40,9	59,1
1933	55,4	44,6	1944	40,6	59,4
			1945	42,1	57,9

Fonte: Oliveira in Oliveira e Teixeira (1986: 339-340)



Realidade Contributiva



Tabela 4
Proporção entre despesas e receitas da Previdência Social Brasileira
Série Completa e Referência Urbana
1945 - 1997

Valores em R\$ corrigidos para setembro / 1998

Anos	Despesa / Receita (%)		Anos	Despesa / Receita (%)	
	Completa	Urbana		Completa	Urbana
1945	42,05	22,64	1971	96,68	42,05
1946	41,29	19,57	1972	89,46	47,63
1947	44,69	19,72	1973	91,02	41,12
1948	47,29	21,59	1974	89,34	47,85
1949	45,31	20,14	1975	93,15	48,24
1950	52,54	26,82	1976	96,11	45,15
1951	54,48	31,85	1977	98,66	46,81
1952	62,40	30,93	1978 (*)	84,94	54,62
1953	65,67	34,98	1979 (*)	85,53	58,42
1954	72,11	40,81	1980	68,17	45,13
1955	68,87	45,30	1981	69,70	48,40
1956	67,70	40,20	1982	65,70	42,55
1957	65,74	38,76	1983	71,71	47,92
1958	61,45	35,65	1984	68,38	51,10
1959	67,10	42,24	1985	63,95	48,36
1960	62,93	39,41	1986	62,71	42,34
1961	69,03	39,00	1987	46,20	34,39
1962	73,53	37,06	1988	52,82	36,72
1963	76,06	34,82	1989	48,22	35,44
1964	74,31	33,38	1990	50,64	38,27
1965	73,48	37,23	1991	63,14	47,01
1966	83,25	47,24	1992	68,17	65,90
1967	101,58	42,90	1993	77,39	52,95
1968	100,13	35,93	1994	79,22	65,99
1969	84,52	34,97	1995	95,44	76,39
1970	101,59	42,80	1996	101,23	72,77
			1997	99,55	86,53

Dinâmica Demográfica

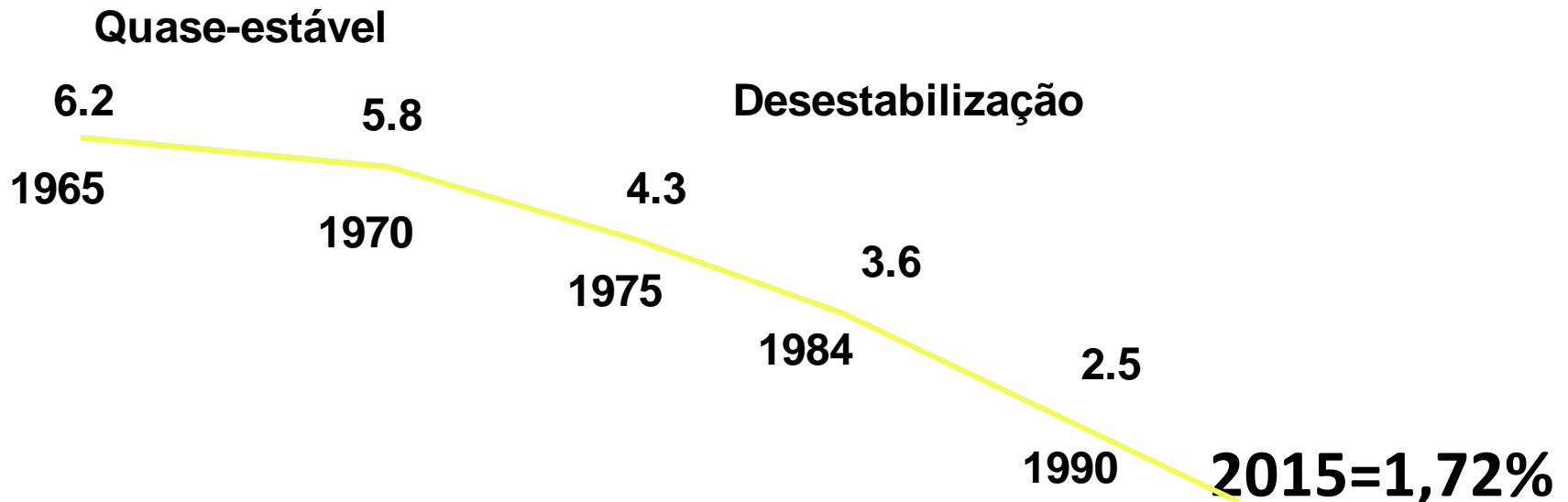
Mortalidade (Esperança de Vida)

→ 1940 = 44 anos

→ 1960 = 54 anos

Fecundidade (Taxa de Fecundidade Total)

TFT = n.º médio de filhos por mulher em idade reprodutiva



Dinâmica Demográfica

Indicadores Populacionais Selecionados

Grupos de Idade	População *		Taxa de Crescimento Anual		Distribuição relativa por idade (%)			
	1990	2020	1990 / 2000	2010 / 2020	1970	1991	2020	
							Projetada	Estável
	0 a 14	50.146	48.087	- 0.5	- 0.5	42.3	35.0	21.5
15 a 64	84.053	130.900	2.3	0.6	43.8	60.3	70.0	62.36
65 e mais	7.007	17.581	2.5	3.6	3.5	4.8	8.8	20.99

* Estimada e projetada

Dimensionamento das variáveis estruturais

EQUAÇÃO GERAL DE BABEAU

$$A \cdot \alpha \cdot (1 - d) \cdot s \cdot t = V \cdot r \cdot m$$

Receitas

Despesas

A = população ativa

α = proporção de A que deseja trabalhar

d = taxa de desemprego

s = salário médio

t = alíquota de contribuição

V = população inativa

r = proporção de V com direito a benefícios

m = benefício médio

Dimensionamento das variáveis estruturais

EQUAÇÃO GERAL MODIFICADA

$$A \cdot \alpha \cdot e \cdot z \cdot w \cdot y \cdot t = V \cdot r \cdot m$$

A = população em idade ativa (PIA)

α = proporção da PIA que deseja trabalhar

e = *proxy* de trabalhadores formais

z = proporção entre salário médio efetivo e potencial

w = massa salarial urbana

y = produto urbano *per capita*

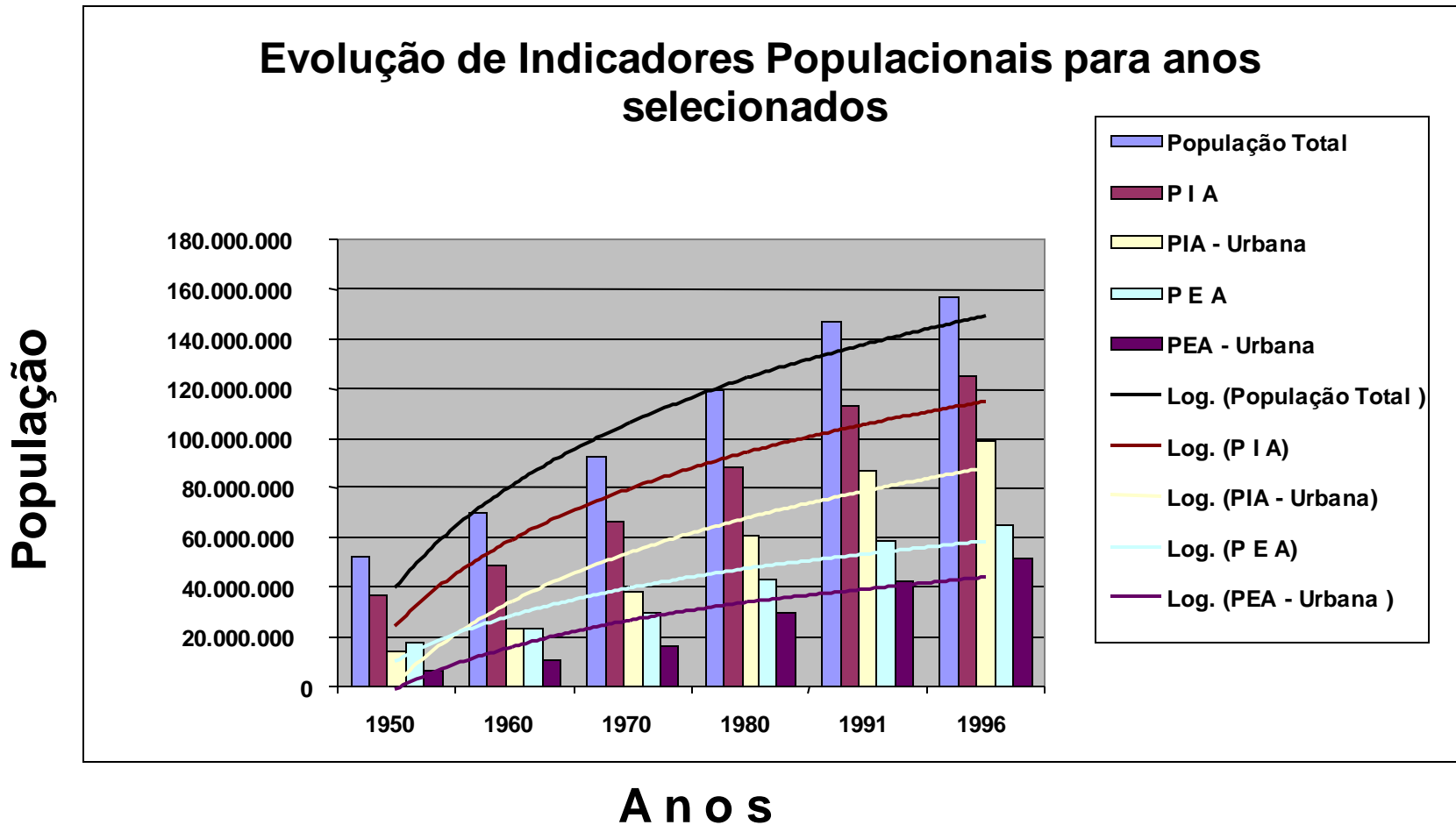
t = alíquota média de contribuição

V = PIA com 50 anos e mais

r = proporção de V com direito a benefícios

m = benefício médio

Análise dos Resultados



Análise dos Resultados

Capitalização Estimada da Receita da Previdência Social Brasileira e sua proporção em relação ao Produto Interno Bruto Brasileiro Série Completa e de Referência Urbana

(Valores em R\$ corrigidos para setembro / 1998)

Ano	P I B (bilhões)	Resultados estimados e % do PIB					
		Completa		Referência Urbana			
		1945 - 1980		1945 - 1980		1981 - 1997	
1980	584.829.002.610	156.548.959.691	26,8	238.403.755.780	40,7	598.686.432.251	-
1997	866.722.721.380		18,2		27,5		69,7

O impacto da demografia nas finanças da previdência

Indicadores Populacionais Selecionados

Grupos de Idade	População (milhões)				Distribuição relativa por idade (%)			
	2020	2030	2040	2050	2020	2030	2040	2050
0 a 14	44.315.024	39.256.845	35.441.110	31.849.189	20,90	17,59	15,53	14,07
15 a 64	147.780.044	153.881.479	152.595.175	143.233.775	69,68	68,96	66,88	63,28
65 e mais	19.982.307	29.988.443	40.116.919	51.264.724	9,42	13,44	17,58	22,64
Total	212.077.375	223.126.917	228.153.204	226.347.688				

Fonte: Projeções IBGE

* População Estimada (milhões)

O impacto da demografia nas finanças da previdência

PEA-População Economicamente Ativa ocupada(2013): 96.659.379.

Contribuintes(privado e público):59.004.019.

Não contribuintes de previdência:
37.655.360

Agenda para mensurar impacto da demografia nas finanças da previdência

Tábua de Vida Ativa – transições ativo/inativo/morto por idade (Wajnman, 1995)

Proporção de pessoas esperadas de morrer enquanto ocupadas (não chegariam a se aposentar)

Esperança de Vida por estados (nº médio de anos futuros a serem vividos em estado ocupado e desocupado)

Agenda para mensurar impacto da demografia nas finanças da previdência

Indicadores de Entradas e Saídas do Sistema Previdenciário
(CASTRO, 1997)

Esperança de Vida por estados (nº médio de anos futuros a serem vividos em estado ocupado e desocupado)

Estimativa de probabilidades de entrada (contribuintes) e saídas (beneficiário) detalhadas por idade, sexo e tipo de benefício

“ Em termos um tanto simplistas, é preciso política para erigir um Estado de Bem-estar, mas meras mudanças econômicas podem destruir seus componentes fundamentais e as fontes potenciais de resistência a tal desestruturação”.

(Claus Offe. O Capitalismo Desorganizado,1994:313)